

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 25083/16e

**Processo n.º:** 25.083/2016-e**Origem:** Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF**Assunto:** Auditoria de Regularidade

**Ementa:** Auditoria de regularidade realizada no âmbito do DER/DF com o objetivo de acompanhar e avaliar a execução das obras de ampliação do Sistema Viário Ligação Torto-Colorado (LTC), objetos dos Contratos n.ºs 18/2014 (Lote 1) e 21/2014 (Lote 2). Decisão n.º 2.759/2019: conhecimento do Relatório de Auditoria; e determinações ao DER/DF. Encaminhamento de documentos pelo DER/DF. Interposição de Pedido de Reexame pela empresa Trier Engenharia S/A., em face dos itens II.d e II.g da Decisão n.º 2.759/2019. Decisão n.º 3.699/2019: conhecimento do Pedido de Reexame interposto pela empresa Trier Engenharia S.A., conferindo efeito suspensivo aos itens II.d e II.g da Decisão n.º 2.759/2019; conhecimento do Ofício SEI-GDF n.º 215/2019-DER-DF/DG/ASSESP, bem como dos seus respectivos anexos, encaminhados ao Tribunal pelo DER/DF, em atenção ao item II da Decisão n.º 2.759/2019; conhecimento do pedido de cópia dos documentos juntados ao processo em apreço, a partir da peça 83, formulado pelo representante legal da empresa Trier Engenharia S.A., deferindo-o, com fulcro no art. 131 do RI/TCDF, e em prol dos princípios da publicidade, do contraditório e da ampla defesa; ciência da decisão ao representante legal da empresa Trier Engenharia S.A e ao DER/DF e retorno dos autos ao Nurec/TCDF, para exame de mérito do Pedido de Reexame. **Nesta fase:** exame de mérito de Pedido de Reexame. Unidade instrutiva sugere negar provimento ao Pedido de Reexame interposto pela empresa Trier Engenharia S.A., restaurando os efeitos da Decisão n.º 2.759/2019. MPJTCDF aquiesce às sugestões, com acréscimo no sentido de que o Relator original do feito avalie o reflexo dos fatos nas contas da jurisdicionada do exercício de 2014. Despacho Singular n.º 255/2020-GCIM: deliberação acerca dos pedidos de cópia de documentos encartados aos autos a partir da peça eletrônica 103 e de sustentação oral formulado pela representante legal da empresa Trier Engenharia S/A.. Deferimento das cópias processuais requeridas e fixação da sustentação oral de defesa para o dia 10.06.2020. Realização de sustentação oral por parte dos patronos da sociedade empresária Trier Engenharia S.A.. Decisão n.º 2.073/2020: adiamento da discussão da matéria, com a devolução dos autos ao gabinete do Relator. Juntada de memoriais. VOTO convergente com a instrução e o parecer ministerial, sem o acréscimo aventado pelo *Parquet* especial.

## RELATÓRIO

Os autos foram constituídos para cuidar de Auditoria de Regularidade realizada no âmbito do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF, com o objetivo de acompanhar e avaliar a execução das obras de ampliação do Sistema Viário Ligação Torto-Colorado (LTC), objetos dos Contratos n.ºs 18/2014 (Lote 1) e 21/2014 (Lote 2).

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 25083/16e

Na Sessão Ordinária n.º 5.152, de 13.08.2019, o Tribunal proferiu a **Decisão n.º 2.759/2019** (e-DOC 11335A05-e), *in verbis*:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: **I – tomar conhecimento do Relatório de Auditoria** e dos demais documentos associados ao Processo 25.083/16-e; **II – determinar ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF que:** **a)** doravante, adote, exclusivamente, o Sistema SICRO como referência em seus processos de análise e aprovação de preços de serviços de obras rodoviárias ou de infraestrutura de transporte, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de infraestrutura de transportes, em conformidade com o Decreto Federal n.º 7.983/2013 e as Decisões TCDF n.ºs 3.666/2014 e 2.138/2017(Achado 1); **b)** promova a capacitação da equipe técnica responsável pela elaboração, análise ou aprovação de orçamentos e preços de projetos de obras rodoviárias, bem como da equipe de fiscais de obras, no uso avançado do Sistema SICRO (Achado 1); **c)** efetue a correção do preço unitário do serviço “Concreto usinado bombeado FCK 30 Mpa, incl colocação, espalhamento e adensamento mecânico”, cuja data-base deve ser novembro/2012, ao custo de R\$ 387,38/m³ e preço de R\$ 457,11/m³ (BDI de 18%), bem como de outros serviços novos eventualmente incorporados ao Contrato nº 021/2014, cujas datasbases sejam diferentes das datas-bases do orçamento de referência da licitação, promovendo a glosa dos valores pagos a maior e encaminhando ao Tribunal, no prazo de 30 dias, comprovação formal das ações implementadas (Achado 2); **d)** **promova a revisão nos cálculos dos reajustes dos Contratos n.ºs 018/2014 (Lote 1) e 021/2014 (Lote 2), de forma a obedecer às Leis n.ºs. 9.069/1995 e 10.192/2001, bem como à determinação do item III da Decisão nº 6064/2017, lembrando de considerar, para os serviços do referencial SINAPI, a data-base de novembro de 2012, encaminhando ao Tribunal, no prazo de 30 dias, comprovação formal das ações implementadas (Achado 2);** **e)** doravante, na elaboração dos orçamentos de referência para licitações, adote uma única data-base para todos os itens de serviço orçados (Achado 2); **f)** doravante, na cotação de preços de serviços que não tenham referências em sistemas oficiais de preços, seja na fase de elaboração de orçamentos para licitação ou em pesquisa de preços de serviços a serem acrescidos aos contratos em andamento, busque, com às empresas fornecedoras, o detalhamento completo das composições de custo dos serviços cotados no mercado, de forma a atender plenamente as exigências do inciso II, § 2º, do art. 7º da Lei 8.666/1993 e da Súmula TCU n.º 258 (Achado 3); **g)** **nos Contratos n.ºs 18/2014 e 21/2014, promova as correções necessárias nas medições dos serviços tratados no Achado 4, indicados na Tabela 19, efetuando as glosas dos valores pagos a maior ou em duplicidade, encaminhando ao Tribunal, no prazo de 30 dias, comprovação formal das ações implementadas (Achado 4);** **h)** formalize, por meio de termo aditivo aos contratos, quando for o caso, as alterações nas quantidades de projeto dos serviços listados na Tabela 19, os ajustes em composições ou as inserções de novos itens às planilhas contratuais em decorrência das correções sugeridas no Achado 4 (Achado 4); **i)** promova

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 25083/16e

*capacitação e constante atualização dos técnicos das áreas de fiscalização e de projeto quanto às normas de execução dos serviços mais comuns de obras rodoviárias e respectivas composições de preços unitários, entre elas a Norma DNIT 030/2004; bem como a divulgação interna entre essas áreas dos problemas identificados pelos órgãos de controle relacionados a eventuais desconhecimento ou falhas de interpretação de normas técnicas de execução de serviços (Achado 4); III – dar ciência do Relatório de Auditoria e do relatório/voto do Relator ao Departamento de Estradas de Rodagem – DER/DF e às empresas Trier Engenharia Ltda. e JM Terraplanagem e Construções Ltda.; IV – autorizar o retorno dos autos ao corpo técnico, para os devidos fins.” (grifos nossos)*

No dia 07.10.2019, o DER/DF, em atenção ao referido *decisum*, encaminhou à Corte o Ofício SEI-GDF n.º 215/2019-DER-DF/DG/ASSESP, juntamente com os seus respectivos anexos (e-DOC 1DCE3480-c e AAD3F584-c).

Inconformada com os termos da deliberação plenária supratranscrita, a empresa Trier Engenharia S.A. (signatária do Contrato n.º 18/2014-DER/DF) interpôs<sup>1</sup>, em 11.10.2019, Pedido de Reexame (e-DOC 361DD66B-c), em face dos itens “II.d” e “II.g” da Decisão n.º 2.759/2019.

Em 22.10.2019, o Plenário proferiu a **Decisão n.º 3.699/2019** (e-DOC 5C2F2E93-e), com o seguinte teor:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – **tomar conhecimento**: a) da Informação n.º 259/2019-Nurec (e-DOC 7EAF2E4A-e); b) **do Pedido de Reexame interposto pela empresa Trier Engenharia S.A. (e-DOC 361DD66B-c), em face da Decisão n.º 2.759/2019, conferindo efeito suspensivo aos itens II.d e II.g da decisão recorrida, consoante estabelece o art. 47 da Lei Complementar n.º 01/1994, c/c os arts. 279 e 286 do RI/TCDF e com o art. 1º da Resolução n.º 183/2007-TCDF**; c) do Ofício SEI-GDF n.º 215/2019-DER-DF/DG/ASSESP, bem como dos seus respectivos anexos (e-DOC 1DCE3480-c e AAD3F584-c), encaminhados ao Tribunal pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF, em atenção ao item II da Decisão n.º 2.759/2019; d) do pedido de cópia dos documentos juntados ao processo em apreço, a partir da peça 83, formulado pelo representante legal da empresa Trier Engenharia S.A. (e-DOC C1B3A02C-c); II – com fulcro no art. 131 do RI/TCDF, e em prol dos princípios da publicidade, do contraditório e da ampla defesa, deferir o pleito a que alude o item I.d; III – dar ciência desta decisão ao representante legal da empresa Trier Engenharia S.A., a teor do disposto no art. 4º, § 2º, da Resolução n.º 183/2007-TCDF, e ao DER/DF; IV – **autorizar o retorno dos autos ao Nurec/TCDF, para exame de mérito do Pedido de Reexame a que se refere o item I.b.**” (destaquei)*

<sup>1</sup> Após a prorrogação de prazo deferida por meio do Despacho Singular n.º 433-GCPT (e-DOC A3D17FA6-e).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 25083/16e

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE INSTRUTIVA

A unidade instrutiva, por intermédio da Informação n.º 22/2020 – NUREC (e-DOC 47807C47-e), após contextualizar o feito, examinou o mérito do Pedido de Reexame interposto pela empresa Trier Engenharia S.A. (e-DOC 361DD66B-c), da seguinte forma:

**“II. DAS RAZÕES RECURSAIS**

6. Preliminarmente, a recorrente apresenta resumo das alegações. Com relação à determinação para correção do critério de reajuste contratual (Item “II.d” da Decisão nº 2759/2019, afirma que já havia sido devidamente cumprida pelo DER/DF em 27/06/2019, com a publicação do 1º Apostilamento ao Contrato nº 18/2014. Quanto ao item “II.g” da Decisão nº 2759/2019, alega que não há que se falar na necessidade de glosas no Contrato nº 18/2014, uma vez que inexistente qualquer superfaturamento no serviço de “reaterro e compactação de vala de drenagem”. Complementa que teria havido equívoco da unidade técnica na utilização de CPU<sup>2</sup>, metodologia que entende inadequada para o serviço executado (peça 97, pág. 3).

7. A seguir, a recorrente passa à exposição de fundamentação técnica e jurídica que aborda os seguintes pontos: (i) Da inexistência de superfaturamento no serviço de ‘reaterro e compactação de vala de drenagem’; (ii) Dos subfaturamentos existentes em outros serviços e a aplicação do método de limitação do preço global (MLPG); (iii) Da correção do critério de reajustes contratual (peça 97, págs. 3/24).

**(i) Da inexistência de superfaturamento no serviço de “reaterro e compactação de vala de drenagem”**

8. Segundo a recorrente, a unidade técnica utilizou de forma indevida a CPU, metodologia que entende inadequada para refletir a realidade das obras. Em consequência, alega que a Auditoria apontou preço destoante daquele que foi efetivamente incorrido na execução do serviço (peça 97, pág. 3).

9. Afirma que embora seja possível estimar o volume reaterrado e compactado de forma manual e mecânica, a operação efetivamente realizada na obra compreende um conjunto de operações simultâneas, com o emprego de equipes multidisciplinares, envolvendo uma gama de equipamentos para realizar as seguintes operações: transporte interno de material até a boca da vala (distribuição); espalhamento mecânico e manual; umedecimento e homogeneização do material; compactação da camada, ora com equipamento manual, ora com rolo compactador (peça 97, pág. 4).

10. Assevera que a compactação do material, seja ela manual ou mecânica, é a última etapa da execução do serviço, que antes passou pelos procedimentos de distribuição do material ao longo da vala, espalhamento e nivelamento do material de forma mecânica e/ou manual, umedecimento e homogeneização manual da camada (peça 97, pág. 4).

<sup>2</sup> Composições de custo unitários.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 25083/16e

11. *Conclui que o critério adotado naquela unidade técnica buscou avaliar apenas a etapa de compactação manual/mecânica, de forma dissociada e desconexa do conjunto de operações necessárias para a execução do serviço, o que seria inadequado e possibilitaria distorções, conforme procura demonstrar a seguir (peça 97, pág. 4).*

12. *Com o intuito de demonstrar a complexidade da operação manual e mecânica de reaterro (distribuição), espalhamento, nivelamento, homogeneização e compactação, apresenta algumas observações acerca do projeto executivo de drenagem. Afirma que teriam sido executados 6.630 metros de redes de drenagem, através de dezenas de lances de redes, de diâmetros que teriam variação entre 0,40 m e 2,00 m, além de 131 caixas de passagem (PVs) e 188 bocas de lobo (peça 97, págs. 4/5).*

13. *Descreve que os comboios operativos foram montados de forma a executar o conjunto das atividades, sejam elas com a etapa final de compactação manual ou mecânica. Para a execução dessas atividades, afirma que os equipamentos pesados eram utilizados de forma a atender as demandas de compactação manual e/ou mecânica, sem distinção (peça 97, pág. 5).*

14. *Ao mencionar as imagens acostados aos autos pela Auditoria (e-DOC 5965DB0E, pág. 33) afirma que foram utilizados diversos outros equipamentos, que não foram considerados nas simulações propostas pela fiscalização, tanto para ajustes na composição de preços de reaterro com rolos compactadores quanto na etapa de compactação manual. Complementa que, ao buscar avaliar somente a compactação das camadas finais, onde foi possível a utilização do rolo compactador mecânico, a Auditoria perdeu a conexão entre as atividades, o que teria permitido a simulação de composições de custo unitário levando a valores dissociados da realidade dos serviços executados (peça 97, pág. 5).*

15. *Critica o critério utilizado pela unidade técnica para estabelecer a produtividade do serviço de reaterro e compactação realizado após os 60 cm do tubo de concreto. Afirma que a Auditoria estabeleceu que essa produtividade seria 50% menor do que a produtividade constante na CPU "2 S 01 511 00 – Compactação de Aterros a 100% do Proctor Normal", ou seja, 84 m³/h. Entende que tal arbitramento, além de não ter qualquer critério técnico, diverge completamente da real produtividade aferida nas obras, que seria de 28,5 m³/h para o serviço de reaterro e compactação, conforme informações da própria unidade técnica (e-DOC 2C7FEAFE, pág. 70) utilizadas na memória de cálculo em anexo (peça 97, pág. 5).*

16. *Com fundamento em recomendações da unidade técnica no sentido de se buscar no SICRO a composição de custo que melhor reflita a condição operacional encontrada na obra, registra que o mencionado sistema tem disponível a composição "3 S 08 501 00 – Recomposição mecanizada de Aterro" com produção de equipe mecânica de 30 m³/hora, que entende ser bem mais próxima à realidade do que a produtividade adotada pela Auditoria (peça 97, págs. 5/6).*

17. *Diante desses parâmetros, conclui que a composição criada pela unidade técnica apontou para preço muito inferior àquele efetivamente praticado, tendo em vista que superestimou a produção*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 25083/16e

da equipe em relação ao serviço. Ao efetuar os ajustes que entende necessários, a recorrente afirma que o preço paradigma para o serviço de reaterro e compactação realizado **após 60 cm** do tubo de concreto passaria de R\$ 5,27 para R\$ 14,75, o que reduziria o que entende como suposto faturamento apontado pela Auditoria de R\$ 552.199,71 para R\$ 269.252,64 (peça 97, pág. 7).

18. A partir dessa redução de valores, alega que o suposto superfaturamento representaria apenas 0,51% do valor global do contrato (R\$ 52.274.431,13), o que segundo a jurisprudência do TCDF<sup>3</sup> e do TCU<sup>4</sup>, não poderia ser considerado superfaturamento e, sim, mera variação de preços, ínsita à prática da orçamentação (peça 97, pág. 8).

19. Não obstante entender a suficiência das alegações acima para afastar a responsabilidade que lhe fora imputada, ressalta que a unidade técnica teria incorrido em outro equívoco com relação às conclusões acerca do serviço de reaterro e compactação de vala realizado **até 60 cm** da geratriz do tubo de concreto (peça 97, pág. 9).

20. Assim, destaca que a composição de preços unitários adotada pela unidade técnica para remunerar a empresa no serviço de reaterro e compactação manual foi a "SICRO 2 S 03 940 01 - Reaterro e Compactação". Afirma que essa composição prevê apenas 1 (um) servente, 1 (um) encarregado de turma e 1 (um) soquete vibratório. No entanto, a recorrente afirma que outros insumos relativos a mão de obra e os equipamentos deveriam ter sido considerados uma vez que foram efetivamente utilizados durante a execução do serviço: 1 escavadeira hidráulica, para a realização do serviço de reaterro; 1 caminhão pipa e 1 servente a mais para, respectivamente, umedecimento e operação do mangote; 1 pá carregadeira para reaterro de vala no entorno das caixas de passagem para posterior compactação (peça 97, págs. 9/13).

21. Ao considerar os mencionados custos, a recorrente constata que o preço paradigma para execução do serviço de reaterro e compactação de vala até 60 cm da geratriz do tubo de concreto, passaria de R\$ 23,77, valor efetivamente cobrado no contrato, para R\$ 55,34. Com fundamento nesses valores, conclui que teria havido um subfaturamento no serviço prestado no valor de R\$ 1.060.046,90 (peça 97, págs. 13/14).

22. Afirma que a CPU utilizada pela unidade técnica possui falhas que impedem que seja utilizada para qualquer apontamento de sobrepreço/superfaturamento. Acrescenta que a divisão da obra em compactação manual e compactação mecanizada destoa das condições reais nas quais as obras são executadas, pois se tratam apenas da última etapa da execução dos serviços de reaterro e compactação, que são obrigatoriamente precedidos das etapas de distribuição do material ao longo da vala, espalhamento mecânico/manual, umidificação, homogeneização e nivelamento (peça 97, pág. 15).

<sup>3</sup> Decisão Nº 6274/2014 (Processo 12.391/2010) – TCDF.

<sup>4</sup> Acórdão nº 2627/2015 - TCU - Plenário.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 25083/16e

23. Complementa que a operação efetivamente realizada na obra envolve um conjunto de operações manuais e mecânicas simultâneas, o que impede que os custos de cada metodologia de serviço sejam segregados de forma estanque, como efetuado pela Auditoria (peça 97, pág. 15).

24. No intuito de comprovar a impossibilidade de realizar uma divisão estanque dos custos de “execução do serviço de reaterro e compactação manual” dos custos de “compactação mecânica”, apresenta resumo dos procedimentos que considera complexos, simultâneos e contínuos (peça 97, págs. 15/16).

25. Reitera que todos os insumos utilizados no serviço foram usados ou colocados à disposição de forma simultânea tanto para a execução do reaterro das valas e da compactação manual, quanto para execução da compactação mecanizada. Nesse sentido, entende que a melhor composição para refletir o custo da obra se refere àquela que reflita um procedimento único do serviço de reaterro e compactação (manual e mecanizado); (peça 97, pág. 17).

26. A partir desse argumento, a recorrente passa a demonstrar a composição de custos que entende melhor refletir o serviço efetivamente realizado durante as obras, chegando-se à conclusão que o preço paradigma para todo o serviço de reaterro e compactação de vala, seja ele realizado até 60 cm do tubo de concreto (manual) ou após os 60 cm (mecanizado) é de R\$ 24,55. Segundo a recorrente, ao se aplicar o preço unitário de R\$ 24,55 a todo o volume reaterroado e compactado (80.919.20m<sup>3</sup>), chega-se à conclusão que a empresa deveria ter recebido pela execução do serviço o montante de R\$ 1.986.550,39, valor aproximado ao que teria efetivamente recebido pelo serviço, qual seja, R\$ 1.923.449,38 (peça 97, págs. 17/19).

27. Com base nessa metodologia, conclui a recorrente que teria havido um subfaturamento, ou seja, um crédito a favor da empresa no montante de R\$ 63.101,01. Nesse sentido, entende que inexistiria qualquer valor a maior recebido pela recorrente, merecendo reparos a Decisão proferida pela Corte (peça 97, pág. 19).

**(ii) Dos subfaturamentos existentes em outros serviços e a aplicação do método de limitação do preço global (MLPG)**

28. Segundo a recorrente, os argumentos apresentados no item anterior seriam suficientes para demonstrar a inexistência de superfaturamento. No entanto, entende que ainda que assim não fosse, há serviços no contrato que foram subfaturados e que deveriam ser compensados com o superfaturamento identificado, tal como determina o método de limitação do preço global (MLPG); (peça 97, pág. 19).

29. Dentre os serviços que entende sujeitos a reparos, destaca que o “serviço de transporte local com caminhão basculante de 6m<sup>3</sup> em rodovia movimentada (para distâncias superiores a 4 km)” está subfaturado, porque, conforme dados da Auditoria<sup>5</sup> a velocidade média real percorrida pela empresa na execução do serviço (32,19

<sup>5</sup> e-DOC B40ACED7



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 25083/16e

km/h) é menor do que a velocidade média pela qual a empresa foi remunerada (40km/h); (peça 97, págs. 19/20).

30. Assim, conclui a recorrente que a velocidade média real foi 19,52% menor (32,19 km/h) e que tal redução importaria na alteração da produção da equipe mecânica, e, por consequência, no custo unitário da execução do serviço, que atingiria o valor de R\$ 1,04/m³. Segundo a recorrente esse seria valor correto a ser pago pelos serviços de transporte de material de limpeza para o bota-fora. Informa que a planilha do DER/DF teria atribuído o valor de R\$ 0,96/m³ para o mencionado serviço. Assim, utilizando o novo parâmetro de custos, chega à conclusão que houve um subfaturamento no valor de R\$ 82.941,53 no serviço sob exame (peça 97, pág. 20/23).

31. Com fundamento em jurisprudência do TCU<sup>6</sup> afirma que para apuração de eventual superfaturamento em obras contratadas, executadas ou em execução, deve-se utilizar o método de limitação do preço global (MLPG), ou seja, deve-se proceder à compensação de eventual superfaturamento com os subfaturamentos identificados no contrato (peça 97, pág. 23).

32. Ante o exposto, entende a recorrente que, ainda que eventualmente o Tribunal mantenha o suposto superfaturamento apontado pela unidade técnica, requer que seja considerado, também, os subfaturamentos mencionados anteriormente (R\$ 63.101,01 e R\$ 82.941,53) para fins de compensação (peça 97, pág. 23).

33. Nesse sentido, conclui que resta demonstrada a inexistência de superfaturamento, razão pela qual sugere reparos à Decisão nº 2759/2019 no sentido de afastar tanto a imputação de débito quanto a determinação ao DER/DF no sentido de efetuar glosas ao Contrato nº 18/2014 (peça 97, pág. 23).

**(iii). Da correção do critério de reajustes contratual**

34. Com relação ao item “II.d” da Decisão nº 2759/2019, em que a Corte ordenou ao DER/DF a revisão do critério de reajuste do Contrato nº 18/2014, a recorrente ressalta que autarquia já teria cumprido aquela determinação, em 27/06/2019, conforme consta do 1º Termo de Apostilamento realizado (peça 97, pág. 23).

35. Acrescenta a recorrente que, mesmo que o antigo critério de reajuste seja (i) menos oneroso para a Administração Pública, bem como (ii) mais eficiente, dada a maior simplicidade do cálculo do reajuste considerando apenas uma única data-base, assim como determinou o Tribunal, passou-se a realizar o reajuste, considerando todas as datas-bases do contrato (peça 97, págs. 23/24).

36. Por fim, ante aos argumentos expostos, a recorrente requer provimento ao recurso no sentido de reconhecer a regularidade dos preços contratuais, afastando qualquer imputação de débito, bem como a determinação de glosas. Complementa o pedido de que, caso não sejam acatadas as alegações recursais, seja autorizada a produção de prova pericial independente no sentido de demonstrar as incorreções técnicas no relatório de auditoria que subsidiou a

<sup>6</sup> Acórdão 1727/2018 – TCU/1ª Câmara; Acórdão 2677/2015 – TCU/2ª Câmara.





TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 25083/16e

Decisão nº 2759/2019, conforme requerido em manifestação preliminar (e-DOC BD96F16D-c); (peça 97, pág. 24).

### III. ANÁLISE

**(i) Da inexistência de superfaturamento no serviço de 'reaterro e compactação de vala de drenagem' e (ii) Dos subfaturamentos existentes em outros serviços e a aplicação do método de limitação do preço global (MLPG)**

37. Inicialmente, importante destacar que os argumentos para os tópicos acima elencados foram apresentados pela recorrente com o intuito de reformar o item "II.g" da Decisão nº 2759/2019, em que a Corte determinou ao DER/DF as correções necessárias nas medições dos serviços tratados no Achado 4 do Relatório Final de Auditoria ("Irregularidades e inconsistências nas medições de serviços").

38. O item "reaterro e compactação" (Código SICRO 2 S 03 940 01) foi um dos serviços tratados no Achado 4 do Relatório Final de Auditoria. Refere-se a um dos serviços novos acrescidos mediante termo aditivo<sup>7</sup> ao Contrato nº 18/2014, em decorrência das alterações efetuadas no projeto de drenagem pluvial requeridas pelas condicionantes das licenças ambientais (peça 54, pág. 48).

39. De acordo com Memória de Cálculo de Drenagem<sup>8</sup>, o quantitativo total do serviço de "reaterro e compactação" seria de 80.919,20 m<sup>3</sup>, com preço unitário de R\$ 23,77, perfazendo o montante de R\$ 1.923.449,38 (peça 54, pág. 76).

40. Quando da Auditoria, constatou-se que esse tipo de serviço tem preço unitário baseado na composição de código 2 S 03 940 01 do SICRO 2, que prevê que o "reaterro e compactação" é realizado manualmente com o uso de soquete vibratório (peça 54, pág. 50).

41. Ainda segundo a Auditoria, conforme item 5.3.1 da Norma DNIT 030/2004 - ES15, o reaterro com equipamento manual deveria ser feito até a altura de 60 cm acima da geratriz superior da tubulação. A partir dessa altura, permite-se a compactação mecânica, com o uso do rolo compactador. A fiscalização ressaltou à época, que, enquanto a compactação manual com soquete vibratório prevista na composição no serviço de "reaterro e compactação" tinha um preço contratado de R\$ 23,77/m<sup>3</sup>, o serviço de compactação mecânica previsto em outras etapas da obra teria um preço unitário de R\$ 2,68/m<sup>3</sup> (peça 54, pág. 51).

42. Nesse sentido, destaca o Relatório de Auditoria que houve falhas na orçamentação e na fiscalização do serviço ao se apurar e permitir um quantitativo total de volume de reaterro considerando apenas a compactação manual até o topo da vala (R\$ 23,77), não sendo observado os limites da norma do DNIT (peça 54, pág. 51).

43. Na fase do Relatório Final de Auditoria, a unidade técnica acatou parcialmente os argumentos do DER/DF e da Trier quanto à produtividade da compactação do aterro das valas, o que permitiu

<sup>7</sup> 15º Termo Aditivo ao Contrato (DA PT-20).

<sup>8</sup> Esse documento determina as quantidades de projeto trecho a trecho e é utilizado na apuração dos quantitativos das medições (DA 98).

<sup>9</sup> DA PT-33.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 25083/16e

reduzir a produtividade do serviço de 168 m<sup>3</sup>/h pra 84m<sup>3</sup>/h, ou seja, um decréscimo de 50%. Com essa redução de produtividade, a composição do preço unitário do serviço “reaterro e compactação mecânica com rolo” passou de R\$ 2,68/m<sup>3</sup> para R\$ 5,27/m<sup>3</sup> (peça 54, págs. 78/80).

44. Assim, com base nos valores ajustados, no Relatório Final de Auditoria foi efetuado o cálculo do montante devido para o serviço de reaterro e compactação, considerando os volumes e preços unitários para os tipos de serviços diferentes envolvidos, manual e mecanizado<sup>10</sup>, chegando ao valor de R\$ 552.199,71<sup>11</sup>, que a Auditoria denominou de “economia total resultante do ajuste indicado” (peça 54, pág. 80).

45. Conforme consta dos argumentos, a recorrente discordou da metodologia utilizada pela unidade técnica, afirmando que o cálculo adotado considerou a redução de produtividade em 50% sem qualquer fundamento técnico para a medida. A empresa acrescentou ainda que os serviços efetivamente realizados na obra compreenderam um conjunto de operações manuais e mecânicas simultâneas, com o emprego equipamentos e serviços não considerados na composição adotada pela Auditoria (peça 97, pág. 5).

46. Apesar de reiteradas alegações da recorrente no intuito de sugerir que diversos outros serviços foram efetivamente realizados, importante destacar que Norma DNIT nº 030/2004 estabelece os procedimentos que devem ser seguidos para a construção de dispositivos de drenagem pluvial urbana. Nesse sentido, de acordo com a norma, a compactação do reaterro deve ocorrer de forma manual até 60 cm acima da geratriz da tubulação, ou seja, compatível com a utilização do serviço 2 S 03 940 01 do SICRO 2. No entanto, a norma recomenda a compactação mecânica quando ultrapassar a mencionada altura de 60 cm.

47. Não obstante a recorrente discordar da metodologia adotada, não trouxe aos autos, à época da Auditoria, conforme consta do Relatório Final de Auditoria (peça 54, § 207), uma composição apropriada para a realidade da obra. A fiscalização demonstrou que, segundo a orçamentação, a empresa estava sendo remunerada por todo o volume de “reaterro e compactação de vala de drenagem” com o valor unitário de R\$ 23,77/m<sup>3</sup>, ou seja, o serviço estava sendo integralmente remunerado como se fosse executado manualmente em toda a sua totalidade, o que efetivamente foi comprovado que não ocorreu (peça 54, págs. 50/51).

48. Portanto, considerando as especificidades dos serviços efetivamente prestados, considerando a inconsistência da rubrica de custo adotada na orçamentação, considerando que a empresa não trouxe aos autos metodologia apropriada para remunerar os serviços, a equipe de auditoria, após as considerações apresentadas na fase do Relatório Prévio de Auditoria que permitiram a redução da produtividade de 168 m<sup>3</sup>/h para 84 m<sup>3</sup>/h, efetuou o cálculo dos

<sup>10</sup> Serviço de reaterro e compactação (Volume de R\$ 51.070,57 m<sup>3</sup>; Preço unitário de R\$ 23,77; Valor: R\$ 1.213.947,374); Serviço de reaterro e compactação mecânica de valas com rolo compactador ((Volume de R\$ 29.848,63 m<sup>3</sup>; Preço unitário de R\$ 5,27; Valor: R\$ 157.302,297). Total do serviço: R\$ 1.371.249,67.

<sup>11</sup> R\$ 552.199,71 = R\$ 1.923.449,38 – R\$ 1.371.249,67.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 25083/16e

valores devidos contemplando as variáveis mais próximas da realidade em que os serviços foram prestados, uma vez que teria feito um acompanhamento concomitante<sup>12</sup> da execução da obra (peça 54, pág. 79).

49. Nesta fase recursal, no entanto, a recorrente argumenta que mesmo a produtividade de 84 m<sup>3</sup>/h adotado pela unidade técnica não corresponderia à realidade aferida nas obras, uma vez que o valor mais adequado seria de 28,5 m<sup>3</sup>/h, resultante da consideração de dados registrados nos autos pela própria Auditoria (peça 97, pág. 5). No intuito de suprir a alegada inconsistência, a recorrente trouxe como parâmetro a composição de custo do SICRO de código "3 S 08 501 00 – Recomposição mecanizada de Aterro" com produção de equipe mecânica de 30 m<sup>3</sup>/h, que entende ser mais adequada à realidade<sup>13</sup> do que a produtividade adotada pela Auditoria de 84 m<sup>3</sup>/h (peça 97, págs. 5/6).

50. Com base na mencionada produtividade (30 m<sup>3</sup>/h), a recorrente afirma que o preço paradigma para o serviço de reaterro e compactação realizado **após 60 cm** do tubo de concreto passaria de R\$ 5,27/m<sup>3</sup> para R\$ 14,75/m<sup>3</sup>, o que reduziria o superfaturamento apontado pela Auditoria de R\$ 552.199,71 para R\$ 269.252,64 (peça 97, pág. 7).

51. Examinando-se os argumentos da recorrente, constata-se que a empresa, além de não ter apresentado a metodologia apropriada na fase da elaboração do Relatório Final, também não o fez de forma adequada nesta fase recursal. O parâmetro de composição de custo de código "3 S 08 501 00 – Recomposição mecanizada de Aterro" adotado pela recorrente é inapropriado para mensurar os serviços contratados. Segundo o Manual do SICRO<sup>14</sup>, as tabelas<sup>15</sup> são discriminadas de acordo com as diferentes categorias de obras: Construção (2 S), Conservação (3 S), Sinalização (4 S) e Restauração (5 S).

52. Portanto, a composição de custo adotada pela recorrente, de código "3 S 08 501 00 – Recomposição mecanizada de Aterro", refere-se a obra de "Conservação" enquanto que os serviços objeto do aditivo ao contrato em exame referem-se a obras de "Construção", código "2 S".

53. Trata-se de composição de custos inadequada uma vez que o fator de eficiência varia em função do tipo de obra. No caso em exame, a empresa foi contratada para realizar obra de "Construção", diferente, portanto, de obra de "Conservação" em que há necessidade de isolar a área, fazer interferências nos trechos, manter a fluidez do trânsito de veículos na via, dentre outras especificidades. Ou seja, no caso de obras de "Conservação" o trabalho evidencia-se menos produtivo. Na situação em exame, os serviços de drenagem são prestados ao lado da via existente, com menor nível de interferência na execução. Portanto, espera-se maior produtividade. Em função dessas variáveis, o Manual do SICRO 2

<sup>12</sup> Conforme Peça 54, § 17.

<sup>13</sup> Considerando o parâmetro calculado pela recorrente no valor de 28,5 m<sup>3</sup>/h.

<sup>14</sup> [https://189.9.128.64/download/servicos/sicro/manual-de-custos-rodoviaros/Volume1\\_Un\\_2003.pdf](https://189.9.128.64/download/servicos/sicro/manual-de-custos-rodoviaros/Volume1_Un_2003.pdf).  
Consulta em 11/02/2020.

<sup>15</sup> As tabelas do SICRO registram os custos unitários dos insumos e serviços necessários à execução de obras de construção, conservação, restauração e sinalização rodoviária.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 25083/16e

adota fatores de eficiência diferentes na elaboração das composições de preços unitários para os serviços de “Construção” e de “Conservação”.

54. Ademais, a memória de cálculo utilizada pela recorrente para chegar na produtividade de 28,5 m<sup>3</sup>/h demonstra-se inconsistente (peça 97, pág. 5). Ao considerar o volume total executado (75.430,476 m<sup>3</sup>) em função do tempo total de execução (15 meses, ou 2.640 horas), a recorrente apenas chega na produção média de 28,5 m<sup>3</sup> por hora. Com a adoção dessa metodologia, a recorrente está considerando indevidamente meses em que sequer houve produção, ou meses em que a produção pode ter sido interrompida ou reduzida por diversos fatores, conforme se comprova no Quadro a seguir.

55. A melhor referência que se tem para representar a produtividade da empresa deve se referir àquele mês em que o serviço teve maior produção, pois está mais próximo de sua real ou verdadeira capacidade de conseguir produzir o serviço contratado com a tecnologia, os equipamentos, a mão de obra e a forma de gestão disponíveis.

56. Para comprovar a inconsistência dos cálculos da recorrente, observem-se as medições por período que constam da tabela a seguir:

**Quadro 1:** Medições do serviço de reaterro e compactação (2 S 03 940 01)

Medição	Mês/Ano	Produção (m <sup>3</sup> )
23	Jun/2017	6.640,406
24	Jul/2017	14.007,041
25	Ago/2017	4.456,951
26	Set/2017	13.194,901
27	Out/2017	10.840,897
28	Nov/2017	16.457,229
29	Dez/2017	Medição não realizada
30	Jan/2018	566,596
31	Fev/2018	808,189
32	Mar/2018	1.541,804
33	Abr/2018	1.718,696
34	Mai/2018	1.994,364
35	Jun/2018	0,000
36	Jul/2018	0,000
37	Ago/2018	2.691,674
38	Set/2018	0,000
39	Set/2018	511,728
<b>Total (m<sup>3</sup>)</b>		<b>75.430,476</b>

**Fonte:** Medições da obra<sup>16</sup>

57. Examinando-se o resultado da 28ª medição (16.457,229 m<sup>3</sup>), relativo ao mês de novembro de 2017, verifica-se que é o que mais se aproxima da produtividade real, uma vez que demonstra a capacidade de produção da empresa de acordo com as condições que estariam à sua disposição.

58. Nesse sentido, retomando-se à metodologia da recorrente, com os ajustes devidos, considerando a produção do mês de 16.457,229 m<sup>3</sup> dividido pela quantidade de 176 horas mensais (8 horas diárias x

<sup>16</sup> As medições encontram-se associadas aos autos no sistema e-TCDF.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 25083/16e

22 dias por mês)<sup>17</sup>, chega-se à produtividade mais próxima da realidade, que seria de 93,506 m<sup>3</sup>/h.

59. O valor encontrado de 93,506 m<sup>3</sup>/h reforça o conservadorismo da análise realizada pela equipe de auditoria, que considerou produtividade ainda menor, ou seja, 84 m<sup>3</sup>/h. Ademais, parte do volume constante da 28ª medição refere-se à etapa de reaterro manual<sup>18</sup>, o que corrobora ainda mais o conservadorismo adotado pela Auditoria.

60. Em decorrência da inconsistência na memória de cálculo apresentada pela recorrente, quanto à produtividade, e da utilização inadequada do componente de custo “3 S 08 501 00”, torna-se injustificado o cálculo do preço unitário de R\$ 14,75 utilizado para demonstrar a redução do valor indevido apontado pela Auditoria de R\$ 552.199,71 para R\$ 269.252,64 (peça 97, pág. 7).

61. Pelos motivos expostos nos parágrafos a seguir, verifica-se também que não merecem prosperar os argumentos de que não tem representatividade o valor de R\$ 552.199,71 apontado como irregular pela Auditoria, em vista de representar baixo percentual em relação ao valor global do contrato.

62. A referência que a recorrente faz a entendimento desta Corte, no intuito de concluir pela ausência de representatividade do valor apurado, foi extraída do Voto do Ilmo. Conselheiro Relator no âmbito do Processo nº 12.391/2010 (e-DOC 2BF25BB7). Examinando-se a Informação da unidade técnica exarada naqueles autos (e-DOC 3F779FAF) observa-se que aquele caso concreto não se adequa à situação em exame. Primeiro, porque a Auditoria objeto deste recurso não está tratando de superfaturamento, mas sim da apuração de valor indevido em decorrência da divergência na metodologia de medição dos serviços prestados verificada *in loco*. Segundo, por se tratar de situação que em nada tem a ver com a que se examina neste processo, tendo em vista que a Decisão, que está sendo utilizada pela recorrente como parâmetro, fora fundamentada na apuração de suposto prejuízo resultante da comparação entre contratos emergenciais<sup>19</sup>, cujas características próprias, a exemplo da limitação da vigência contratual e a urgência da contratação, podem exercer influência negativa na obtenção da melhor proposta para a Administração.

63. Da mesma forma, não se aplica ao caso em exame o entendimento objeto do Acórdão nº 2627/2015 – TCU/Plenário, a que fez referência a recorrente. O Ilmo. Ministro Relator fez consignar naqueles autos que um dos motivos do não acolhimento da tese de superfaturamento está relacionado ao fato de que a obra já teria sido finalizada há 3 anos, o que impossibilitaria a apuração precisa dos serviços realizados. No caso em exame, além de não se tratar de superfaturamento, a obra encontra-se em andamento e a fiscalização foi realizada de forma concomitante. A Auditoria não teve como

<sup>17</sup> Apesar de os cálculos da recorrente considerar de forma irrestrita o mês com 22 dias úteis, o mês de novembro de 2017 teve apenas 19 dias úteis. Com isso, o resultado do cálculo seria 108 m<sup>3</sup>/h, ou 102,85 m<sup>3</sup>/h, caso desconsiderado o feriado do dia do evangélico, o que demonstra o conservadorismo adotado pela Auditoria.

<sup>18</sup> Volume de reaterro manual: 51.070,57 m<sup>3</sup>. Volume acumulado até a 27ª medição: 49.140,20 m<sup>3</sup>.

<sup>19</sup> Naqueles autos, em vista da comparação dos valores globais dos contratos emergenciais subsequentes nº 15/2007 (R\$ 594.323,10) e nº 19/2007 (R\$ 545.906,71), o Ministério Público junto ao TCDF entendeu que haveria um superfaturamento de 8,87%.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 25083/16e

escopo a avaliação integral da planilha orçamentária da obra, portanto, não se está avaliando se o contrato está superfaturado como um todo. O escopo foi reduzido no sentido de avaliar os preços aditivados, ou seja, os serviços que não teriam sido contemplados inicialmente no contrato, a exemplo dos serviços de drenagem. Como a fiscalização foi efetuada de forma concomitante em contrato ainda em execução, a incompatibilidade na metodologia executiva do preço de determinado item específico em função do serviço efetivamente executado deveria ter sido imediatamente corrigida.

64. Considerando que as obras de ampliação do Sistema Viário Ligação Torto- Colorado já estavam em andamento, era de se esperar que o projeto de drenagem, adicionado posteriormente ao contrato, consignasse variáveis suficientes para espelhar com maior fidedignidade a realidade dos serviços a serem prestados. Portanto, irregularidades verificadas durante a execução da obra, a exemplo da cobrança de valores relativos a compactação manual, de baixa produtividade e de custo elevado, para todo o volume de reaterro, deveriam ser devidamente corrigidas, não merecendo acolhimento a alegação de que a diferença entre os valores devidos e pagos devem ser comparados com o valor global do contrato.

65. A extrapolação adotada pela recorrente ao apontar o percentual de 0,51% (peça 97, pág. 9), resultante da comparação entre o valor apurado pela fiscalização, ajustado pela recorrente,<sup>20</sup> e o total do contrato, somente seria válida se a Auditoria tivesse constatado um superfaturamento do contrato como um todo. Observe-se que em nenhum momento a Auditoria denominou o valor apurado como superfaturamento, tampouco o fez a Decisão nº 2759/2019 contra a qual a recorrente se insurge. Segundo consta do Relatório Final de Auditoria, o valor de R\$ 552.199,71 foi considerado como economia total resultante do ajuste efetuado, uma vez que se trata de irregularidade verificada na prestação de serviço aditivado ao contrato, e a fiscalização realizava-se de forma concomitante com a execução da obra.

66. No caso em exame, importante avaliar a representatividade do item em que a irregularidade fora apontada pela Auditoria em relação aos demais itens do mesmo grupo que os compõem, ou seja, o grupo "REDE DE DRENAGEM". Examinando-se o DA\_81 (e-DOC C9837616-e), observa-se que o valor atribuído ao item "4.23.21 – REATERRO E COMPACTAÇÃO" (R\$ 1.857.715,11), em que a irregularidade fora detectada, representa percentual superior a 22% do total dos itens do grupo "REDE DE DRENAGEM" (R\$ 8.391.582,58). Portanto, constata-se que há representatividade na irregularidade apontada pela Auditoria passível de correção imediata.

67. Também não merece acolhimento os argumentos em que a recorrente conclui que houve um subfaturamento, ou seja, um crédito a seu favor no valor de R\$ 1.060.046,90 (peça 97, pág. 14). Para chegar a essa conclusão, a recorrente procedeu ao acréscimo de serviços que teriam sido supostamente executados na composição de custos relativa ao item "2 S 03 940 01 - Reaterro e Compactação",

<sup>20</sup> Valor do Contrato: R\$ 52.274.431,13; Valor apurado pela Auditoria: R\$ 552.199,71; Valor Ajustado pela Recorrente: R\$ 269.252,64.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 25083/16e

afirmando que o valor unitário do serviço<sup>21</sup>, passaria de R\$ 23,77 para R\$ 55,34. Observe-se que a recorrente, ao adotar esse procedimento, está sugerindo ajustes na planilha contratual, cujos preços não estão sendo questionados pela Auditoria. A auditoria está questionando os preços praticados em decorrência da realidade dos serviços verificados *in loco*, ou seja, observados pela equipe de auditoria durante o controle concomitante. Em vista dos serviços observados, a Auditoria utilizou dois preços distintos, uma vez que a norma prevê a execução de aterro manual até 60 cm acima da geratriz superior da tubulação e a execução de aterro mecanizado a partir dessa altura.

68. O valor unitário de R\$ 23,77, que agora a recorrente demonstra irresignação, refere-se ao preço contratado para o serviço de aterro manual, conforme se observa do DA\_81 (e-DOC C9837616-e). Portanto, caso fossem comprovados os incrementos de custos ora arguidos, a recorrente poderia ter solicitado alteração contratual mediante pedido de reequilíbrio, o que não resta comprovado nos autos. Certamente não foram questionados oportunamente porque a recorrente estava sendo remunerada por serviços de menor produtividade e custos elevados, mas estava prestando serviços com produtividade elevada e menores custos de execução (peça 54, pág. 51).

69. Os mesmos fundamentos se aplicam para o não acolhimento dos argumentos em que a recorrente defende o crédito de R\$ 63.101,01 (peça 97, pág. 14). Nas alegações, com base em diversas premissas de incremento de custos, a recorrente conclui que o preço unitário paradigma **para todo o serviço de reaterro e compactação de vala**, seja ele manual ou mecanizado, equivaleria a R\$ 24,55 e não R\$23,77, como foi o contratado.

70. Ainda, demonstra-se infundada a manifestação da recorrente em que sugere a existência de crédito no “serviço de transporte local com caminhão basculante de 6m<sup>3</sup> em rodovia movimentada (para distâncias superiores a 4 km)”. Com base em uma medição específica realizada pela Auditoria de velocidade média de caminhão de transporte de material até o bota-fora (DA\_93; e-DOC B40ACED7), a recorrente promoveu ajustes em planilha de custos e **extrapolou para todo o serviço medido**, gerando um suposto subfaturamento, ou crédito para a empresa, no valor de R\$ 82.941,53. Embora a velocidade média do serviço de “transporte local” do SICRO seja considerada de 40 Km/h, a recorrente adotou a velocidade de 32,19 Km/h, relativo a uma única e específica medição, para fazer a extrapolação (peça 97, págs. 22/23).

71. Examinando-se o DA\_93, verifica-se que a Auditoria concluiu pela regularidade da remuneração do serviço de transporte de materiais inservíveis e entulhos para o bota-fora localizado na Cidade Estrutural mediante o item de “serviço de transporte local” adotado pelo DER/DF. Portanto, além de a recorrente se reportar a item não tratado como irregularidade no Relatório Final de Auditoria, novamente tem a intenção de questionar o valor de serviço contratado, não demonstrando que o fez em momento apropriado,

<sup>21</sup> Apenas referente ao serviço de reaterro a ser compactado manualmente, ou seja, relativo ao volume de 51.070,57 m<sup>3</sup>.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 25083/16e

*antes de formalizar o respectivo Termo Aditivo, ou mesmo, mediante posterior pedido de reequilíbrio contratual.*

72. *Em consequência das análises expendidas, entende-se descabido o pedido da requerente para que os aludidos subfaturamentos (R\$ 63.101,01 e R\$ 82.941,53) sejam compensados no valor do ajuste necessário apontado pela Auditoria. Ademais, esse procedimento de compensação somente se aplicaria a estes autos se o objeto da fiscalização tivesse alcançado o valor global do contrato, ou seja, considerando todos os serviços prestados.*

73. *Ante o exposto, os argumentos da recorrente são insuficientes para permitir a reforma do “II.g” da Decisão nº 2759/2019.*

**(iii) Da correção do critério de reajustes contratual**

74. *Neste tópico, a empresa apresenta alegações quanto ao item “II.d” da Decisão nº 2759/2019, informando que o DER/DF já teria efetuado a revisão do critério de reajuste do Contrato nº 18/2014, conforme 1º Apostilamento realizado (peça 97, pág. 23).*

75. *Na reprodução do Primeiro Termo de Apostilamento, apresentada para comprovar o cumprimento do item, consta como objeto:*

*“O presente Termo de Apostilamento tem por fim reajustar o valor contratual em R\$ 5.040.936,13 (cinco milhões, quarenta mil, novecentos e trinta e seis reais e treze centavos), referente à diferença dos valores de reajustamento compilados na Planilha Resumo de Reajustes (...), correspondente ao período de 2013 a 2018, das datas bases das Planilhas SICRO, SINAPI e NOVACAP, SEI ..., de acordo com Decisão do TCDF 22610359, solicitação da Contratada, sei 23402444, manifestações favoráveis do Superintendente de Obras, SEI 23158785 e autorização desta Direção Geral.” (peça 97, pág. 24)*

76. *Segundo o Relatório Final de Auditoria, foram concedidos reajustes ao Contrato nº 18/2014 (Lote 1) em desacordo com o estabelecido no item III da Decisão TCDF nº 6064/2017, que definiu que os reajustes teriam como data de referência a data do preço de cada item de serviço da planilha estimativa da licitação. A Auditoria constatou que o DER/DF, ao apurar o índice de reajustamento para alguns serviços, não observou a data-base de cada item de serviço, e como consequência, não respeitou o intervalo de 12 meses (peça 54, págs. 32/33).*

77. *A título de exemplo, com relação ao Contrato nº 18/2014, o Relatório de Auditoria apontou que para o serviço “Concreto usinado bombeado fck = 25mpa, inclusive colocação, espalhamento e adensamento mecânico (SINAPI - 74138/003)”, o DER/DF adotou o percentual de reajuste de 0,1561, quando o correto seria de 0,1534 (peça 54, pág. 33).*

78. *Ante as constatações realizadas pela Auditoria, observa-se que o documento enviado pela recorrente não é suficiente para verificar o efetivo cumprimento da determinação, em vista da ausência de planilhas demonstrativas dos cálculos efetuados e da efetiva aplicação para cada item de serviço.*





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 25083/16e

79. *No entanto, importante observar que, apesar de a recorrente ter apresentado alegações quanto ao item "II.d" da Decisão nº 2759/2019, a determinação, embora passível de afetar interesses da empresa Trier, fora direcionada ao DER/DF. Nesse sentido, cabe à unidade técnica responsável pela fiscalização o pronunciamento quanto ao cumprimento ou não do item, quando do exame, em atendimento de diligência, dos documentos apresentados pelo DER/DF."* (grifos do original)

Após lançar suas conclusões acerca da matéria, sugeriu-se ao eg. Plenário:

- "I. tomar conhecimento da Informação nº 022/2020 – NUREC;*
- II. negar provimento ao Pedido de Reexame interposto pela empresa Trier Engenharia S/A, constante da peça nº 97, restaurando os efeitos da Decisão nº 2759/2019;*
- III. autorizar:*
  - a) o conhecimento do teor da decisão que vier a ser proferida à recorrente, na pessoa do respectivo representante legal;*
  - b) o envio de cópia dessa deliberação ao Núcleo de Recursos, como forma de viabilizar os correspondentes registros;*
  - c) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização Especializada, para as devidas providências".*

As sugestões formuladas mereceram a concordância do Diretor do Núcleo de Recursos – Nurec/TCDF e do titular da Secretaria-Geral de Controle Externo – Segecex/TCDF (e-DOCs 2C5CA491-e e 2F32CF0F-e, respectivamente).

**MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

O Ministério Público junto ao TCDF – MPJTCDF, por meio do Parecer n.º 287/2020–G1P (e-DOC 9BBE1506-e), depois de sintetizar a questão, manifestou-se de forma convergente com a área instrutiva, com acréscimo, assim:

*"9. A recorrente aduziu que, no que tange ao item "II.d" da Decisão nº 2.759/2019, a determinação já havia sido devidamente cumprida pelo DER/DF em 27/06/2019, com a publicação do 1º Apostilamento ao Contrato nº 18/2014. Quanto ao item "II.g" da Decisão nº 2.759/2019, asseverou que inexistente qualquer superfaturamento no serviço de "reaterro e compactação de vala de drenagem", razão pela qual não há que se falar na necessidade de glosas no Contrato nº 18/2014. Alega ainda a inadequação da metodologia CPU para refletir a realidade das obras.*

*10. Ato continuo passa à exposição de fundamentação técnica e jurídica que aborda os seguintes pontos: (i) Da inexistência de superfaturamento no serviço de 'reaterro e compactação de vala de drenagem'; (ii) Dos subfaturamentos existentes em outros serviços e a aplicação do método de limitação do preço global (MLPG); (iii) Da correção do critério de reajustes contratual (Peça nº 97).*

*11. Compulsando os autos, verifica-se que a irregularidade em exame, apontada pela Auditoria, refere-se à divergência na metodologia de medição dos serviços prestados verificada in loco,*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 25083/16e

*que ensejou o seu valor indevido, não havendo qualquer menção à superfaturamento.*

*12. Assim, quando a referida metodologia, a empresa não se utilizou dos parâmetros corretos para medição dos serviços como já reiteradamente trazido nesses autos, uma vez que não considerou a real capacidade de produção da empresa para a memória de cálculo de produtividade e adotou a composição de custo com base em obra de “Conservação”, quando o objeto contratado foi “Construção”, conforme bem pontuado pelo CT:*

*(...)*

*13. Desse modo, ante o exposto, este MPC comunga com as proposições emanadas do CT, pugnando para que o e. Plenário as acolha in totum.*

*14. Registre, por fim, que a fase é de análise do recurso, razão pela qual os autos ao retornarem ao Relator original devem prosseguir, a fim de ser examinado o reflexo dos fatos relatados<sup>22</sup> nas contas da jurisdicionada: DER, exercício de 2014, Processo nº 21.571/2015<sup>23</sup>.”*

## SUSTENTAÇÃO ORAL

Por meio de expediente protocolizado nesta Corte de Contas em 29.04.2020 (e-DOC 1F5C3EB5-c), a representante legal da sociedade empresária Trier Engenharia S/A., Dra. Tathiane Vieira Viggiano Fernandes – OAB/DF nº 27.154, reiterou “o pedido de cópia solicitado no dia 17/04/2020 (cf. e-DOC B25434DB), oportunidade na qual se requereu, sobretudo, cópia da Informação n. 022/2020 – NUREC (47807C47-e), bem como do Parecer n. 287/2020 – GP1P (9BBE1506-e) para que esta Requerente possa, ao analisá-los, contribuir com a instrução do presente processo com a apresentação de memoriais junto ao gabinete deste d. Relator antes que o processo seja pautado para julgamento, exercendo de forma ampla o exercício do contraditório”, bem como manifesta “interesse de produzir sustentação oral quando houver a inclusão do processo em epígrafe na pauta de julgamentos desta eg. Corte, requerendo, nos termos do §2º do art. 136 do RITCDF, sua intimação com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data do julgamento” (sublinhei).

O Relator-Recursal do feito, mediante o **Despacho Singular nº 255/2020-GCIM** (e-DOC 93620E13-e), de 08.05.2020, “em prol dos princípios do contraditório e da ampla defesa, e nos termos previstos no art. 131 do RI/TCDF”, autorizou “a concessão à subscritora do peticionamento de e-DOC 1F5C3EB5-c de cópia de peças processuais carreadas ao presente feito a partir de peça eletrônica 103”. No que diz respeito ao pedido de sustentação oral, ressaltou que,

<sup>22</sup> Os contratos em exame, de nºs 18/2014 e 21/2014, foram assinados, em 13/05/2014 e 14/05/2014, respectivamente.

<sup>23</sup> Os autos de Relatoria do Conselheiro Manoel Paulo De Andrade Neto se encontram sobrestados pela Decisão nº 394/2019: “O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Conselheiro RENATO RAINHA, que tem por fundamento a sua declaração de voto, elaborada em conformidade com o art. 111 do RI/TCDF, decidiu pelo sobrestamento do feito em exame até o desfecho dos Processos nºs 25.778/2012 (Acompanhamento da obra relativa à implementação do VEÍCULO LEVE SOBRE PNEUS - VLP - Implantação do Corredor Eixo Sul (Gama/Santa Maria/Plano Piloto), também denominado BRT-SUL) e 25.083/2016 (Acompanhamento das obras de ampliação da capacidade viária e melhorias da DF-003 no trecho compreendido entre os Balões do Torto e do Colorado - Ligação Torto-Colorado (LTC), conforme item III da Decisão nº 4.691/2014), tendo em conta que as apurações em curso naqueles autos podem impactar o julgamento da prestação de contas anual – PCA em análise. Vencido o Relator, que manteve seu voto.”



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 25083/16e

*“com o advento das Portarias TCDF n.ºs 98/2020 e 2020 e das Resoluções TCDF n.º 331/2020 e 332/2020, a Corte de Contas estabeleceu procedimentos para a realização de sessões virtuais enquanto perdurarem os efeitos da situação de emergência da Covid 19 no Distrito Federal, possibilitando a realização de sustentação oral de defesa nos processos em julgamento nesta Casa.*

*Assim sendo, de acordo com os termos da Resolução TCDF n.º 332/2020 e do disposto no art. 136, § 1º, do RI/TCDF defiro à subscritora do peticionamento de peça eletrônica 115 a realização da sustentação oral de defesa requerida, fixando a data de **10.06.2020** para sua realização, dando-se ciência à peticionante nos termos do art. 136, § 2º, do RI/TCDF.”* (negrito do original)

Os interessados foram devidamente notificados, a teor do art. 136, § 2º, do RI/TCDF, conforme consta do recibo de e-DOC 71215F89-e.

Na data agendada, foi realizada a sustentação oral requerida pela representante<sup>24</sup> legal da empresa Trier Engenharia S.A.. Por meio da **Decisão n.º 2.073/2020** (e-DOC C5444A75-e), o Tribunal *“aprovou solicitação do Relator, no sentido de que fosse adiada a discussão da matéria, com a devolução dos autos ao seu gabinete, à vista dos argumentos apresentados pela defendente, concedendo-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para juntada de memoriais”*.

Em 26.06.2020, foram juntados aos autos os memoriais de e-DOC 07537B28-c.

É o relatório.

<sup>24</sup> Dra. Tathiane Vieira Viggiano Fernandes, OAB/DF nº 27.154.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 25083/16e

**VOTO**

A presente fase processual trata do **exame de mérito do Pedido de Reexame** (e-DOC 361DD66B-c), **formulado pela empresa Trier Engenharia S.A.** (signatária do Contrato n.º 18/2014-DER/DF), em face dos itens “II.d” e “II.g” da Decisão n.º 2.759/2019, transcritos a seguir:

*“II – determinar ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF que: (...)*

*d) promova a revisão nos cálculos dos reajustes dos Contratos n.ºs 018/2014 (Lote 1) e 021/2014 (Lote 2), de forma a obedecer às Leis n.ºs. 9.069/1995 e 10.192/2001, bem como à determinação do item III da Decisão n.º 6064/2017, lembrando de considerar, para os serviços do referencial SINAPI, a data-base de novembro de 2012, encaminhando ao Tribunal, no prazo de 30 dias, comprovação formal das ações implementadas (Achado 2); (...)*

*g) nos Contratos n.ºs 18/2014 e 21/2014, promova as correções necessárias nas medições dos serviços tratados no Achado 4, indicados na Tabela 19, efetuando as glosas dos valores pagos a maior ou em duplicidade, encaminhando ao Tribunal, no prazo de 30 dias, comprovação formal das ações implementadas (Achado 4);”*  
(destaquei)

Nesta oportunidade, a unidade instrutiva sugere negar provimento ao Pedido de Reexame interposto pela empresa Trier Engenharia S.A., restaurando os efeitos da Decisão n.º 2.759/2019.

O MPJTCDF aquiesce às sugestões, com acréscimo no sentido de que o Relator original do feito avalie o reflexo dos fatos nas contas da jurisdicionada do exercício de 2014.

Ao compulsar os autos, tenho que o encaminhamento aventado pelos órgãos instrutivo e ministerial merece acolhida pelo Plenário desta Casa, sem o acréscimo aventado pelo *Parquet* especial.

Buscando reforçar meu posicionamento, saliento que todas questões trazidas pela empresa Trier Engenharia S.A. em seu Pedido de Reexame foram devidamente analisadas pelo Núcleo de Recursos – Nurec/TCDF e pelo *Parquet* especial, tendo sido individualmente e integralmente refutadas.

Por entender que a instrução e o parecer ministerial não merecem quaisquer reparos com relação à improcedência da peça recursal, deixo de tecer considerações adicionais acerca da matéria; motivo pelo qual adoto, como razão de decidir, os fundamentos constantes da Informação n.º 22/2020 – NUREC e do Parecer n.º 287/2020–G1P (este último, sem a parte alusiva ao exame do reflexo dos fatos relatados nas contas do DER/DF, exercício de 2014, pelo Relator original do feito).

Inclusive, peço licença para transcrever as conclusões lançadas pelo Nurec/TCDF ao final da Informação n.º 22/2020 – NUREC, às quais me filio:

*“80. Neste momento processual procedeu-se à análise de mérito do Pedido de Reexame (peça 97) interposto pela a empresa Trier Engenharia S/A (Trier), signatária do Contrato nº 18/2014 firmado*





TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 25083/16e

com o DER/DF, em face dos itens “II.d” e “II.g” da Decisão nº 2759/2019.

81. **Com relação ao item “II.d” da Decisão nº 2759/2019, constatou-se que as alegações e documentos apresentados pela recorrente não foram suficientes para comprovar a efetiva revisão dos reajustes do Contrato nº 18/2014, uma vez que não foram apresentadas as planilhas demonstrativas dos cálculos realizados e dos valores efetivamente aplicados. Não obstante, em vista de a determinação ter sido direcionada ao DER/DF, o seu cumprimento deverá ser verificado em momento processual adequado pela Unidade técnica responsável pela fiscalização.**

82. **Quanto ao item “II.g” da Decisão nº 2759/2019, os argumentos da recorrente não foram suficientes para tornar sem efeito a determinação para as correções necessárias nas medições dos serviços tratados no Achado 4 do Relatório Final de Auditoria (“Irregularidades e inconsistências nas medições de serviços”).**

83. Dentre os motivos para o não acolhimento dos argumentos destacam-se: (i) a recorrente trouxe alegações e fundamentos para a inexistência de superfaturamento, **irregularidade não tratada nos autos**; (ii) a memória de cálculo de produtividade adotada pela recorrente **não considerou a real capacidade de produção da empresa de acordo com os insumos disponíveis, considerando as informações constantes das medições efetuadas**; (iii) a **composição de custo adotada pela recorrente refere-se a obra de “Conservação”, portanto incompatível com o objeto contratado – “Construção”; (iv) os valores apurados pela recorrente e considerados como **subfaturamento decorreram de composição de custos inadequada e de produtividade incompatível** com a capacidade de produção da empresa; (v) **outros ajustes efetuados pela recorrente para comprovar supostos subfaturamentos tiveram origem em alteração de valor contratado**, o que não é objeto destes autos, uma vez que a irregularidade apontada pela Auditoria trata de valor indevido decorrente da divergência na metodologia de medição dos serviços prestados verificada in loco.**

84. Por fim, considerando que as irregularidades foram verificadas em decorrência de fiscalização concomitante realizada durante a execução da obra, em que houve a constatação da incompatibilidade entre os serviços efetivamente prestados e aqueles contratados mediante o respectivo Termo Aditivo e; considerando que foram suficientemente afastadas as alegações recursais, entende-se inoportuna e desnecessária a produção de prova pericial independente, conforme requer a impetrante.

85. **Ante o exposto, os argumentos amparados no Pedido de Reexame não são suficientes para a reforma da Decisão nº 2759/2019.”** (grifei)

Nada obstante, cabe destacar que as alegações recursais reproduzem, na essência, as considerações apresentadas pela empresa Trier Engenharia S.A. (e-DOC BD96F16D-c), em 11.06.2018, em atenção ao item “I-b” do Despacho Singular n.º 162/2018 – GC/PT (e-DOC 3B643C23-e), por meio do qual o Relator original do feito, i. Conselheiro Paulo Tadeu, autorizou “o encaminhamento



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 25083/16e

de cópia da versão prévia do Relatório de Auditoria (e-doc 9A3B6BCE-e) (...) aos representantes legais das empresas Trier Engenharia Ltda. (Contrato n.º 18/2014) (...), para conhecimento e manifestação, no prazo de 30 (trinta) dias, em especial, em face do contido nos Achados 3 e 4 do Relatório de Auditoria”.

Inclusive, todas as ponderações trazidas pela empresa Trier Engenharia S.A. no e-DOC BD96F16D-c foram analisadas (e acolhidas, em parte) pelo então Núcleo de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia – NFO/TCDF (atual Divisão de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia – Difo/TCDF), quando da elaboração da versão **final** do Relatório de Auditoria (e-DOC 2C7FEAFE-e), conforme transcrito a seguir:

**“2 Resultados da Auditoria**

(...)

**2.1.2 Achado 2 – Irregularidades nos processos de reajustamento de preços.**

(...)

**II. Cálculo dos reajustes contratuais em desconformidade com a Decisão TCDF nº 6064/2017**

**Lote 1 – Contrato nº 018/2014 e Lote 2 – Contrato nº 021/2014**

(...)

**Considerações do Auditado**

(...)

**ITEM II - CÁLCULO DOS REAJUSTES CONTRATUAIS EM DESCONFORMIDADE COM A DECISÃO TCDF Nº 6064/2017**

**Lote 1 – Contrato nº 018/2014**

(...)

**• Considerações da TRIER Engenharia Ltda. (e-DOC BD96F16D-c)**

77. Às fls. 7/8 do documento supracitado, a empresa afirmou que o DER/DF adotou diversos referenciais de custo, com datas-bases distintas, e que, diante disso, o Departamento, de forma conservadora, optou pela padronização do mês de aniversário do reajuste para o mês de julho de cada ano, uma vez que julho/12 é a data-base do SICRO 2, referência da maioria dos preços do contrato.

78. Asseverou, ainda, que a decisão do DER foi conservadora “porque a incidência de reajuste sobre os itens SICRO 2 se dá na periodicidade anual, mas o reajuste sobre os demais itens (SINAPI, NOVACAP, DER/DF) recompõe monetariamente o contrato com período menor que um ano, sendo, portanto mais econômico ao Erário”.

79. Finalmente, afirmou que a aceitação da proposição do DER/DF teve o intuito de facilitar os procedimentos de reajustamento, abrindo mão de pequena parcela de correção dos serviços, mas que não apresenta qualquer objeção à manutenção do critério sugerido pelo DER/DF ou à proposição da unidade técnica do TCDF, destacando que o único interesse é preservar a segurança jurídica do contrato e facilitar os procedimentos administrativos para a gestão contratual.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 25083/16e

(...)

**Posicionamento da equipe de auditoria**

85. O DER/DF e a empresa Trier afirmaram que, para facilitar os procedimentos de reajustamento do contrato, adotaram a data de julho de 2012 como referência para todos os itens de serviço. Ocorre que essa decisão acarreta, para alguns itens de serviço, o reajustamento em período menor que um ano, o que contraria as normas que regem essa matéria.

86. Ademais, a afirmação acerca do conservadorismo na decisão de adotar o mês de julho/2012, por ser mais econômica ao Erário, não é de todo correta, pois, ao mesmo tempo em que se aplica um índice para um período menor do que 12 meses, deve-se ter em conta que a empresa recebe de forma antecipada o reajuste a que só teria direito meses depois.

87. O DER/DF afirmou também que a data-base dos serviços que têm como referência o SINAPI é setembro/12 (fls. 8/9 do e-DOC 5965DB0E-c). Trata-se de uma afirmação equivocada, pois, ao se examinarem os serviços do orçamento da licitação, observa-se que a data-base adotada para o sistema referencial SINAPI é novembro/2012, conforme se verifica nos dados apresentados na Tabela 9, a seguir:

Tabela 9 – Serviços do sistema referencial SINAPI licitados na obra LTC

Descrição	Unid	Custo Licitado (R\$)	Custo SINAPI Set/12 (R\$)	Custo SINAPI Nov/12 (R\$)
Aluguel de container sanitário (SINAPI - 73847/005)	mês	644,12	645,53	644,12
Concreto usinado bombeado fck->25mpa, inclusive colocação, espalhamento e adensamento mecânico. (SINAPI - 74138/003)	m³	358,11	366,38	358,11
Tratamento de superfície de concreto aparente c/ verniz 2 demãos. (SINAPI - 74251/001)	m²	7,50	7,26	7,50
Impermeabilização com tinta betuminosa em fundações, baldrame e muros de arrimo, duas demãos. (SINAPI - 74106/001)	m²	5,56	5,32	5,56

Fonte: Sistema SINAPI e orçamento<sup>13</sup> da licitação (DA\_PT\_19, fls.61/92)

<sup>13</sup> Importa ressaltar que os valores indicados na Tabela 9 referem-se aos custos dos serviços, ou seja, não incluem a parcela do BDI. Já os preços unitários constantes no orçamento da licitação (DA\_PT\_19) já incluem essa parcela que é de 26,7%. Desse modo, para encontrar o custo unitário de um serviço basta dividir o preço unitário constante no orçamento por 1,267.

88. Desse modo, entende-se que o DER/DF deve providenciar a revisão dos cálculos de reajustamento de preços, de forma a adequá-los à legislação pertinente, em especial ao disposto no item III.a, da Decisão TCDF nº 6064/2017, ressaltando-se que os preços SINAPI têm data-base de novembro/2012.

(...)

**2.2.1 Achado 4 – Irregularidades e inconsistências nas medições de serviços**

(...)

**Considerações do Auditado**

**I - Lote 1 – Contrato nº 018/2014**

**ITEM A - SERVIÇO 2 S 03 940 01 – “REATERRO E COMPACTAÇÃO”**

(...)



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 25083/16e

- *Considerações da TRIER Engenharia Ltda. (e-DOC BD96F16D-c)*

179. Segundo a TRIER, esse serviço foi regularmente incorporado ao contrato, através de termo aditivo, para a execução de redes de drenagem urbana, decorrentes de projeto de drenagem pluvial urbana desenvolvido pela SUTEC/DER-DF, para enquadramento dos serviços às condicionantes ambientais impostas pelo IBRAMDF e pelo ICMbio.

180. Destacou que a empresa em nenhum momento concorreu para a ocorrência de tais modificações de projeto, agindo no estrito cumprimento do contrato e suas alterações regularmente aprovadas.

181. Afirmou que o item "SICRO 2 - 2 S 03 940 01 - Reaterro e compactação" foi aprovado por ser aquele usualmente considerado pelo DNIT em seus orçamentos para remunerar os serviços de reaterro das valas de drenagem, tanto entre os lances de rede de drenagem, quanto na região dos poços de visita (PVs), dos ramais e das caixas coletoras e "bocas de lobo".

182. Afirmou ainda que, como se trata de composição referencial, o DNIT não faz distinção entre compactação mecânica com equipamentos de pequeno porte ou com rolos compactadores pesados, pois o custo horário de placas vibratórias (equipamento de pequeno porte) é bem inferior ao custo horário dos rolos compactadores.

183. Entendeu que a composição "SICRO2 - 2 S 01 511 00 - Compactação de aterros a 100% proctor normal" sugerida pelo NFO não se assemelha aos serviços de reaterro e compactação efetivamente executados.

184. Descreveu que:

- Os serviços de reaterro e compactação das redes de drenagem se deu de forma manual/mecânica, alternando suas condições conforme a topografia do local, comprimento dos lances de drenagem, o diâmetro da tubulação, a ocorrência ou não de ramais e de caixas de passagem, o tipo de material de reaterro, a estabilidade dos taludes das escavações, entre outros;
- No caso específico da obra, as redes foram implantadas em lances curtos, muitos com 25 metros de extensão, e entre cada lance foi construído um poço de visita, com degraus entre as redes;
- Diversas redes implantadas foram escavadas em material de 3ª categoria, sendo que as faces das escavações se mostravam muito instáveis, obrigando a uma recompactação cuidadosa e controlada, para evitar desmoronamento de pedras detonadas sobre as equipes;
- Nos locais de execução de poços de visita e redes finas, a largura operacional do equipamento utilizado (rolo compactador do tipo pata de 12 toneladas), de aproximadamente 3,50 metros, impede a execução da compactação mecânica;





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 25083/16e

- Os materiais para reaterro de valas, principalmente em redes onde ocorre escavação em 3ª categoria, tiveram que ser substituídos, pois não é possível o reaterro com pedras. Nesses casos, o material de reaterro foi cuidadosamente selecionado para permitir a adequada compactação com baixas vibrações.

185. Enfatizou que o reaterro e compactação de valas não se deu de forma simples e linear, demandando uma complexa operação, avaliada "lance a lance", "vala a vala", "PV a PV", com uma dinâmica distinta e com a utilização de vários tipos de equipamentos, veículos de transporte e pessoal qualificado para tal operação.

186. Afirmou que, nas valas com diâmetro inferior a 1,20 metro, não havia largura operacional suficiente para a utilização do rolo compactador, sendo o serviço realizado de forma manual. Para tanto, foram utilizadas escavadeiras hidráulicas, pás carregadeiras, caminhões basculantes e pipas, compactadores mecânicos portáteis e pesados, além de ferramentas diversas.

187. Afirmou ainda que o espalhamento do material se deu de forma artesanal, algumas vezes com equipamentos pesados (carregadeira de pneu e/ou escavadeira), sendo obrigatoriamente realizado o acerto de forma manual.

188. Concluiu que não há como propor a remuneração do serviço com o item "SICRO2 —2 S 01 511 00 - Compactação de aterros a 100% proctor normal", uma vez que se trata de serviço distinto, completamente diferente do realizado, não sendo considerada e remunerada toda a operação de reaterro da camada a ser compactada.

189. Na sequência, reproduziu partes de alguns editais de obras do DNIT, quais sejam os de n.º: 597/2010-23, 400/2012-16 e 0168/2011-12, dando destaque aos serviços de drenagem, afirmando que o serviço de reaterro e compactação, para redes de drenagem urbana, é remunerado através da composição "SICRO 2 - 2 S 03 940 01 - Reaterro e compactação".

190. Por fim, concluiu que a proposição da unidade técnica, para remunerar o volume parcial de reaterro e compactação de valas de drenagem através do serviço "SICRO2 —2 S 01 511 00 — Compactação de aterros a 100% proctor normal", não merece prosperar, pois além de não haver equivalência técnica com o serviço de reaterro e compactação, destoa dos preceitos adotados pelo DNIT nos orçamentos que contemplam a execução de redes de drenagem urbana.

191. Além disso, acreditou haver uma contradição entre a recomendação da unidade técnica para se utilizar o SICRO como referencial e o questionamento sobre a aprovação de composição de custo unitário sempre adotada pelo DNIT, gestor do SICRO, para o serviço de reaterro e compactação em obras com características semelhantes às do caso em tela.

(...)

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 25083/16e

**Posicionamento da equipe de auditoria****I - Lote 1 – Contrato nº 018/2014****ITEM A - SERVIÇO 2 S 03 940 01 – “REATERRO E COMPACTAÇÃO”**

195. Primeiramente, é importante reforçar que a Norma DNIT 030/2004, que estabelece os procedimentos que devem ser seguidos para a construção de dispositivos de drenagem pluvial urbana, é clara em definir que a compactação do reaterro deve ocorrer de forma manual até 60 cm acima da geratriz da tubulação. Portanto, até esse limite, não restam dúvidas quanto à utilização do serviço 2 S 03 940 01 do SICRO 2 pelo DER/DF. Já acima dessa altura, a norma recomenda a compactação mecânica, sem, no entanto, especificar o tipo de equipamento. Dessa forma, para esse caso, a equipe orçamentista do DER/DF tinha a obrigação de propor uma composição que respeitasse as exigências normativas, fosse condizente com as boas práticas da engenharia e com a realidade da obra, sobretudo pelo fato de a etapa de drenagem ter sido completamente modificada durante a execução da obra, sendo desenvolvido novo Projeto Executivo e acrescidos novos itens de serviços, entre os quais o serviço objeto dessa análise.

196. O fato é que ao indicar o serviço de “reaterro e compactação” do SICRO 2, cuja metodologia executiva é baseada na compactação manual com soquete vibratório para todo o volume de reaterro, até o topo da vala, serviço esse de **baixa produtividade e alto custo**, a equipe responsável pela aprovação de preços do DER/DF comprometeu os princípios da razoabilidade e economicidade que devem nortear os orçamentos de obras públicas, onerando desnecessariamente os contratos das obras.

197. Aliás, importa ressaltar que seria impossível as obras serem concluídas dentro de um prazo razoável se fosse utilizada somente a compactação manual com soquete vibratório, também conhecido como sapo mecânico, em toda extensão da vala. Isso porque a produção desse serviço é de apenas 1,50 m³/h com o uso de apenas um soquete vibratório manual, conforme se vê na composição do serviço (Figura 6). Considerando terem sido utilizados 4 soquetes, ou compactadores mecânicos leves, como informado na manifestação do DER para o Lote 1, a produção seria de 6 m³/h para um volume total previsto de 78.153,77m³. Ou seja, seriam necessários aproximadamente 13.025,63h de serviço ou 1628 dias úteis (considerando 8h de trabalho por dia) ou 6 anos e 3 meses (considerando em média 260 dias úteis no ano) para se concluir todo o volume do serviço de “reaterro e compactação” de valas. Lembrando que esse serviço somente começou a ser medido na 23ª Medição (junho/2017, DA\_101) e, até a 39ª Medição (setembro/2018, DA\_102), já haviam sido executados 75.430,476 m³ (96,5% do total), ou seja, sua execução quase completa durou pouco mais de um ano e três meses. As Figuras 17 e 18 mostram a compactação sendo executada com soquete vibratório manual dentro do limite definido na Norma, ou seja, até 60cm da geratriz do tubo.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 25083/16e



Figura 17 – Compactação manual com sapo mecânico ou soquete vibratório. Fonte: Relatório Fotográfico da 24ª Medição (DA\_94).



Figura 18 - Reaterro manual de vala. Fonte: Relatório fotográfico da 26ª medição (DA\_96).

198. Houve discordância do DER/DF e da TRIER relativa à indicação, por parte desta equipe de auditoria, do serviço de “compactação mecânica a 100% do proctor normal” para a compactação do reaterro para os volumes além dos 60 cm acima da geratriz dos tubos. Ocorre que, na ocasião da elaboração do Relatório Prévio, a equipe de auditoria entendeu que, para esses casos, o serviço indicado era mais próximo da realidade executiva, em termos de produtividade e preço unitário, do que a compactação manual com soquete vibratório.

199. Importa ressaltar que os próprios relatórios fotográficos da obra (DA\_94 ao DA\_96) comprovam a execução da compactação mecânica da vala com rolo compactador. Portanto, não poderia o erário pagar por um serviço mais oneroso de reaterro e compactação manual, quando, na verdade, foi executado uma compactação mecânica com equipamento que permite maior produtividade e menor custo, conforme demonstram as fotos a seguir:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 25083/16e



Figura 19 - Compactação mecânica de vala com utilização do rolo compactador. Fonte: Relatório Fotográfico da 24ª Medição (DA\_94).



Figura 20 - Compactação mecânica de vala com utilização do rolo compactador. Fonte: Relatório Fotográfico da 24ª Medição (DA\_94).



Figura 21 – Compactação mecânica da vala com rolo compactador. Fonte: Relatório Fotográfico da 25ª Medição (DA\_95)

200. Por fim, tanto o DER quanto a TRIER reconheceram o uso dos rolos compactadores na compactação de parte do volume do aterro de vala. No entanto, o DER pontuou algumas limitações para a execução da compactação com esse equipamento. De uma forma geral, esta equipe concordou com os argumentos apresentados, mas algumas ponderações foram feitas nos parágrafos que se seguem.

201. Primeiramente, esta equipe entende que, resolvido o acesso do rolo ao trecho de vala a ser compactado, tal como mostrado na Figura 22, a compactação ocorre sem necessidade de maiores manobras ou giros no seu interior, mas apenas no “ir e vir” do equipamento ao longo do trecho entre os poços de visita (PV)





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 25083/16e



Figura 22 – Trecho de vala sendo umidificado com detalhe do acesso adaptado para o ingresso do rolo compactador. Fonte: Relatório Fotográfico da 24ª Medição (DA\_94)

202. Na sequência, importa esclarecer que esta equipe, na análise inicial do presente Achado, não entrou no mérito do modelo de rolo compactador ou o explicitou, apesar de o DER/DF ter entendido dessa forma ao citar o uso do modelo DYNAPAC CA250, provavelmente por ser esse modelo de equipamento considerado na composição do serviço de “Compactação de aterros a 100% proctor normal” (SICRO - 2 S 01 511 00). Ocorre que, em análise aos relatórios fotográficos das medições encaminhados pelo jurisdicionado em resposta à Nota de Auditoria 5, em especial àquele referente à 24ª Medição (DA\_94, fotos n.º 34 a 39), constatou-se que o rolo compactador utilizado na compactação das valas não era o DYNAPAC CA-250, mas sim o modelo CAT CP533E (vide também as Figuras 19 a 21 e 26), cuja largura total é de 2,29m, conforme catálogo técnico do equipamento (DA\_97, fls.14), ou seja, menor que os 2,40m do modelo citado pelo DER/DF.

203. Além disso, em sua manifestação, o DER argumentou a necessidade de uma faixa de trabalho correspondente ao acréscimo de 1,00m sobre a largura total do equipamento. Esta equipe acatou o argumento apresentado. Entretanto, baseado nos registros fotográficos do serviço, entendeu que a faixa de trabalho mínima foi de 3,29m (2,29m+1,00m) e não 3,40m, tendo em vista o modelo do rolo compactador utilizado.

204. Outro ponto precisa ser esclarecido. O rolo, ao ingressar na vala com largura favorável, já o faz para executar a compactação de uma camada de 0,20m abaixo dele. Ou seja, o volume da compactação mecânica com rolo em um trecho de reaterro de vala deve considerar também a camada de 0,20m abaixo da profundidade correspondente à largura operacional de 3,29m. Portanto, o volume compactado manualmente corresponde ao volume limitado entre o fundo da vala e a altura correspondente à largura de 3,16m<sup>25</sup>, enquanto que o volume compactado mecanicamente com rolo vai dessa altura até o topo (boca) da vala. A Figura 23 a seguir ilustra os limites definidos para a compactação manual com soquete vibratório e a compactação mecânica com rolo.

<sup>25</sup> Respeitando-se a inclinação do talude 1:3, a largura da vala 0,20m abaixo da largura operacional de 3,29m é de 3,16m (conforme Figura 23).

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 25083/16e

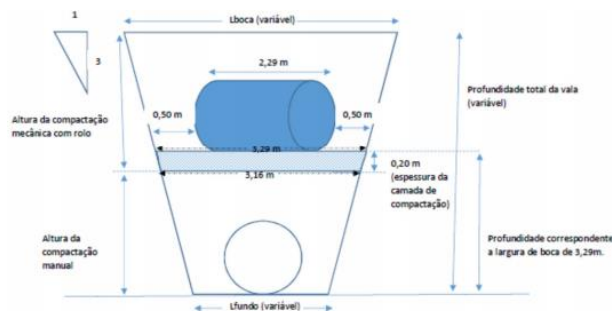


Figura 23 – Representação esquemática da vala com destaque a principais variáveis geométricas.

205. Importa registrar que as larguras das valas (fundo e boca) são variáveis, função do diâmetro da tubulação e profundidade média (topografia) de cada trecho. Desse modo as dimensões necessárias para a apuração dos volumes de reaterro manual ou mecânico com rolo encontram-se na Memória de Cálculo da Drenagem (DA\_98), planilha na qual são apuradas as quantidades de projeto dos diversos serviços dessa etapa, entre os quais, os de escavação, escoramento, “reaterro e compactação”, entre outros.

206. O volume total do serviço de reaterro e compactação que consta na Memória de Cálculo da Drenagem (DA\_98) é de 80.919,20 m<sup>3</sup>, pouco maior que os 78.153,77 m<sup>3</sup> previstos na planilha contratual. Como esse documento determina as quantidades de projeto trecho a trecho e é utilizado na apuração dos quantitativos das medições, optou-se por mantê-lo como referência. Na sequência, apurou-se o volume total de reaterro a ser compactado mecanicamente com rolo. O valor encontrado foi de 29.848,63 m<sup>3</sup> (DA\_PT\_99). Por fim, a diferença entre o volume total de reaterro e esse valor resulta no volume de 51.070,57 m<sup>3</sup>, que é o volume de reaterro a ser compactado manualmente.

207. Definidos os volumes de compactação manual e compactação mecânica com rolo (DA\_PT\_99), resta definir uma composição que melhor represente este último serviço, tendo em vista os argumentos contrários apresentados pelos interessados quanto à composição do SICRO 2 S 01 511 00 - “Compactação de aterros a 100% proctor normal”. Como em sua manifestação o jurisdicionado não apresentou uma composição apropriada para a realidade da obra, esta equipe assim o faz, baseada nos registros fotográficos trazidos pelo DER/DF (DA\_94 ao DA\_96).

208. O serviço de reaterro e compactação mecânica da vala resume-se nas seguintes atividades principais: lançamento de material para enchimento da vala com escavadeira hidráulica de esteiras (Figura 24); umedecimento do trecho para a compactação com o uso de caminhão tanque (Figura 25); e, por fim, a compactação mecânica com rolo (Figura 26)



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 25083/16e



Figura 24– Lançamento de material (enchimento) com escavadeira hidráulica. Fonte: Relatório fotográfico da 26ª medição (DA\_96).



Figura 25 – Umedecimento de material para compactação de trecho da vala. Fonte: Relatório fotográfico da 26ª medição (DA\_96).



Figura 26 – Compactação mecânica de vala. Fonte: Relatório fotográfico da 26ª medição (DA\_96).

209. A composição do SICRO 2 S 01 511 00 - “Compactação de aterros a 100% proctor normal” foi, portanto, adaptada da seguinte forma:

- Excluíram-se da CPU os equipamentos: motoniveladora, grade de discos e trator agrícola;
- Mantiveram-se os equipamentos: rolo pé de carneiro e caminhão tanque (10.000l);
- Acresceu-se a escavadeira hidráulica de esteiras;
- De forma conservadora, adotaram-se as mesmas variáveis intervenientes e produção horária da escavadeira hidráulica indicadas nas composições dos serviços de “escavação, carga e transporte” do SICRO 2, em que esse equipamento é mais solicitado que no simples enchimento de vala;
- O rolo compactador é o equipamento que dita a produção do serviço. Apesar de o modelo de rolo compactador CAT CP533E ter menor largura total (2,29m) que o DYNAPAC



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 25083/16e

250 (2,40m), ambos têm a mesma largura de compactação<sup>26</sup> (2,13 m) ou largura de operação (DA\_97). Dessa forma, foram mantidas as variáveis intervenientes, com exceção da velocidade média, que **foi reduzida em 50%**, tendo em vista os argumentos apresentados pelo jurisdicionado e pela empresa executora quanto à menor produtividade da compactação do aterro de valas. Dessa forma, a produção do serviço passou de 168m³/h para 84 m³/h (DA\_PT\_100);

- Foi mantida a mesma quantidade de mão de obra da composição original;
- De forma conservadora, manteve-se o BDI do SICRO 2 de 26,70% para definição do preço unitário referencial do serviço.

210. Com base nos ajustes indicados, os quais se encontram detalhados no DA\_PT\_100, o preço unitário do serviço de reaterro e compactação mecânica de valas com rolo considerado por esta equipe de auditoria é de R\$ 5,27/m³. A figura a seguir reproduz a composição do serviço ajustado para a realidade da obra:

Reaterro e compactação mecânica com rolo						
Produção da equipe			84 m³			
			Utilização		Custo	
			Quantidade	Operativa	Improdutiva	Improdutiva
A - Equipamento						
Rolo Compactador - pé de carneiro autop	1	1	0	113,04	17,27	113,04
Caminhão Tanque - 10.000 l (191 kW)	1	0,5350	0,4650	126,87	20,47	77,40
Escavadeira Hidráulica de Esteiras	1	0,4375	0,5625	242,27	23,67	119,31
Custo Horário de Equipamentos						309,74
B - Mão de obra			Quantidade	Salário-hora		Custo Horário
Encarregado de turma	1			21,11		21,11
Servente	2			6,52		13,04
Custo Horário de Mão-de-obra						34,15
Ferramentas (Adc. M.O. 15,51%)						5,30
Custo Horário de Execução						349,19
Custo Unitário de Execução						4,16
Custo Unitário Direto Total						4,16
BDI (26,70%)						1,11
Preço Unitário Total						5,27

Figura 27 - Composição definida pela equipe de auditoria para o serviço de reaterro e compactação mecânica de valas com rolo compactador (DA\_PT\_100).

211. Com base no quantitativo total constante na Memória de Drenagem (DA\_98), de 80.919,20 m³, a economia total resultante do ajuste indicado será de R\$ 552.199,71, sendo demonstrada na tabela a seguir:

Tabela 16- Economia total esperada com os ajustes nas medições do serviço de reaterro e compactação -Lote 1.

Estimativa Quant. Memória de Drenagem (DA_98)					
CÓD.	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UN.	QUANTITATIVO DE PROJETO	PREÇO UNITÁRIO R\$	VALOR DE PROJETO R\$
2 S 03 940 01	Reaterro e compactação	m³	80.919,20	23,77	1.923.449,38
Ajuste - TCDF					
CÓD.	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UN.	QUANTITATIVO AJUSTADO	PREÇO UNITÁRIO R\$	VALOR AJUSTADO R\$
2 S 03 940 01	Reaterro e compactação	m³	51.070,57	23,77	1.213.947,374
Ajust	Reaterro e compactação mecânica de valas com rolo compactador.	m³	29.848,63	5,27	157.302,297
Valor total (R\$)					1.371.249,67
Economia (R\$)					552.199,71

Fontes: Memória de Drenagem (DA\_98), planilha orçamentária contratual do Lote 1 (DA\_81) e papel de trabalho DA\_PT\_100.

” (grifos do original)

<sup>26</sup> Correspondente à largura do tambor ou rolo compactador (vide DA\_97).





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 25083/16e

Ademais, cabe asseverar que o Achado 4 do Relatório **Prévio** de Auditoria apontou, para o Contrato n.º 18/2014-DER/DF, a ocorrência de prejuízo de R\$ 1.097.182,46<sup>27</sup>, decorrente de 78.153,77 m³ do serviço “reaterro e compactação”. Após a empresa Trier Engenharia S.A. se manifestar acerca dos Achados de Auditoria, em atenção ao disposto no item “I-b” do Despacho Singular n.º 162/2018 – GC/PT, a equipe de auditoria, levando em consideração (ainda que de forma parcial) as argumentações trazidas pela Contratada, reduziu, no Relatório **Final** de Auditoria, o valor do dano para **R\$ 552.199,71**, relativo a 80.919,20 m³ do mesmo serviço “reaterro e compactação”.

Ciente desse cenário, saliento que as alegações recursais não se mostraram suficientes para afastar os Achados 2 e 4 constantes do Relatório Final de Auditoria alusivos ao Contrato n.º 18/2014-DER/DF.

Nesse sentido, cabe ao Tribunal, no mérito, **negar provimento** ao Pedido de Reexame interposto pela empresa Trier Engenharia S.A. (e-DOC 361DD66B-c), restaurando-se os efeitos dos itens “II.d” e “II.g” da Decisão n.º 2.759/2019.

Quanto ao pedido formulado pela empresa Trier Engenharia S.A. de “produção de prova pericial independente já requerido em sua manifestação preliminar (e-DOC BD96F16D-c), no sentido de demonstrar as incorreções técnicas no relatório de auditoria que subsidiou a Decisão nº 2759/2019” (sublinhei), “caso não atacadas estas alegações recursais”, considero necessário tecer breves considerações.

Embora esta Corte de Contas, recentemente, em situação análoga, tenha indeferido o pleito de outra empresa<sup>28</sup> para “produção de prova pericial (...), por ausência de previsão legal”, por meio do item II<sup>29</sup> da Decisão n.º 1.125/2020 (e-DOC EA6C73C6), de 22.04.2020, entendo que o Tribunal pode, a depender da situação em análise, com fundamento no princípio processual da verdade real, oportunizar aos interessados a produção de prova pericial, de modo a subsidiar, de forma complementar, o exame da matéria.

Tabela 10 – Estimativa da economia ao erário com o ajuste das quantidades do serviço de “reaterro e compactação” e acréscimo da compactação mecânica, conforme Norma DNIT 030/2004 – Lote 1.

Estimativa original (Projeto)					
CÓD.	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UN.	QUANTITATIVO DE PROJETO	PREÇO UNITÁRIO R\$	VALOR DE PROJETO R\$
2 S 03 940 01	Reaterro e compactação	m³	78.153,77	23,77	1.857.715,113
Ajuste conforme Norma 030/2004 - DNIT (TCDF)					
CÓD.	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UN.	QUANTITATIVO AJUSTADO	PREÇO UNITÁRIO R\$	VALOR AJUSTADO R\$
2 S 03 940 01	Reaterro e compactação	m³	26.129,95	23,77	621.108,799
99010	Compactação de aterros a 100% proctor normal (SICRO - 2 S 01 511 00)	m³	52.023,82	2,68	139.423,850
Valor total (R\$)					760.532,649
Economia R\$)					1.097.182,464

27

<sup>28</sup> Consórcio Mendes Júnior/Atrium.

<sup>29</sup> “II) indeferir o pedido de produção de prova pericial nos moldes formulado pelo Consórcio Mendes Júnior/Atrium, por ausência de previsão legal, ressaltando que isso não o impede, se entender pertinente, de produzir qualquer documento de caráter técnico na perspectiva de subsidiar, complementar, esclarecer suas defesas e/ou justificativas, dentro do prazo regimentalmente estabelecido;”

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 25083/16e

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, informo que o Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso – TCE/MT, por meio do Acórdão n.º 350/2017 – TP<sup>30</sup>, no âmbito do Processo n.º 19.622-3/2013, deu provimento parcial “ao Recurso de Agravo constante do documento n.º 3.886-5/2017, interposto pela empresa Tecnoeste Máquinas e Equipamentos (...) em face da Decisão Singular n.º 1036/MM/2016, para alterá-la parcialmente no sentido de admitir a produção de perícia complementar (...)” (grifei).

No caso em comento, porém, o pedido de “*produção de prova pericial independente*” formulado pela empresa Trier Engenharia S.A. deve ser **denegado**, uma vez que, em sua manifestação preliminar (e-DOC BD96F16D-c), a interessada requereu a esta Corte que

*“seja ouvido o DNIT, através de sua Coordenação Geral de Custos de Infraestrutura, responsável pela concepção e alimentação do sistema SICRO, a fim de que produza parecer pericial isento e conclusivo acerca [da] inadequação dos critérios de orçamentação propostos pela unidade técnica.”*

Apesar de o Relator original do feito, i. Conselheiro Paulo Tadeu, quando da deliberação acerca das sugestões constantes do Relatório Final de Auditoria (e-DOC 2C7FEAFE-e), por meio do Relatório/Voto de e-DOC 97F139A5-e, não ter se manifestado acerca do pedido formulado pela empresa Trier Engenharia S.A. no expediente de e-DOC BD96F16D-c, destaco que não cabe ao TCDF determinar ao DNIT que se manifeste, mediante parecer pericial “isento”, acerca da adequação (ou não) dos critérios de orçamentação propostos pela unidade técnica.

Caberia, por outro lado, à empresa Trier Engenharia S.A., caso fosse de seu interesse, a produção (própria ou por firma terceirizada especializada) de “*qualquer documento de caráter técnico na perspectiva de subsidiar, complementar, esclarecer suas defesas e/ou justificativas*”, conforme disposto no item II, “*in fine*”, da Decisão n.º 1.125/2020. Inclusive, esse “*documento de caráter técnico*”, a meu ver, equivaleria à “prova pericial”.

No entanto, considerando que o pedido da empresa Trier Engenharia S.A. apenas reiterou a solicitação constante do e-DOC BD96F16D-c (de ouvir o DNIT), não há que se falar em sede de recurso em oportunizar prazo para a produção de prova pericial pela recorrente.

Por fim, quanto ao adendo do *Parquet* especial, de que os “*autos retornarem ao Relator original (...) a fim de ser examinado o reflexo dos fatos relatados nas contas da jurisdição: DER, exercício de 2014, Processo n.º 21.571/2015*”, mostra-se desnecessária a adoção de qualquer medida acerca dessa questão.

Digo isso porque o reflexo dos fatos relatados nas contas anuais do DER/DF, exercício de 2014, deve ocorrer no Processo n.º 21.571/2015, que passou a ser de relatoria do i. Conselheiro Renato Rainha com a prolação da **Decisão n.º 394/2019**<sup>31</sup> (e-DOC ABAF77E9), e não nestes autos, como sugere a Procuradora em substituição, Dr<sup>a</sup>. Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.

<sup>30</sup> [https://www.tce.mt.gov.br/protocolo/decisao/num/196223/ano/2013/num\\_decisao/350/ano\\_decisao/2017](https://www.tce.mt.gov.br/protocolo/decisao/num/196223/ano/2013/num_decisao/350/ano_decisao/2017)

<sup>31</sup> “O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Conselheiro RENATO RAINHA, que tem por fundamento a sua declaração de voto, elaborada em conformidade com o art. 111 do RI/TCDF, decidiu pelo sobrestamento do feito em exame até o desfecho dos Processos n.ºs 25.778/2012 (Acompanhamento da obra relativa à implementação do VEÍCULO LEVE SOBRE PNEUS - VLP - Implantação do Corredor Eixo Sul (Gama/Santa Maria/Plano Piloto), também denominado BRT-SUL) e 25.083/2016



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 25083/16e

Assim, em harmonia com a área instrutiva e o órgão ministerial, sem o acréscimo aventado pelo *Parquet* especial, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

- I. tome conhecimento:
  - a) da Informação n.º 22/2020 – NUREC (e-DOC 47807C47-e);
  - b) do Parecer n.º 287/2020–G1P (e-DOC 9BBE1506-e);
  - c) dos memoriais encaminhados pela empresa Trier Engenharia S.A. (e-DOC 07537B28-c);
- II. no mérito, negue provimento ao Pedido de Reexame formulado pela empresa Trier Engenharia S.A. (e-DOC 361DD66B-c), restaurando os efeitos dos itens “II.d” e “II.g” da Decisão n.º 2.759/2019;
- III. dê ciência:
  - a) do relatório/voto e da decisão que vier a ser proferida à empresa Trier Engenharia S.A., mediante representante legal,;
  - b) da decisão a ser adotada ao Núcleo de Recursos – Nurec/TCDF, a fim de viabilizar os correspondentes registros;
- IV. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização Especializada – Sespe/TCDF, para os devidos fins.

Sala das Sessões, 05 de agosto de 2020

**INÁCIO MAGALHÃES FILHO**  
Conselheiro-Relator

---

*(Acompanhamento das obras de ampliação da capacidade viária e melhorias da DF-003 no trecho compreendido entre os Balões do Torto e do Colorado - Ligação Torto-Colorado (LTC), conforme item III da Decisão nº 4.691/2014), tendo em conta que as apurações em curso naqueles autos podem impactar o julgamento da prestação de contas anual – PCA em análise. Vencido o Relator, que manteve seu voto.”*